

*Raquel Ruiz*  
Advogada  
OAB/SP - 234849

**NORBERTO BOBBIO:  
O FILÓSOFO E A POLÍTICA**

**ANTOLOGIA**

ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO  
*José Fernández Santillán*

PREFÁCIO  
*Norberto Bobbio*

TRADUÇÃO  
*César Benjamin*  
(Apresentação e partes I a V)

*Vera Ribeiro*  
(partes VI a IX)

**CONTRAPONTO**

## OS INTELLECTUAIS E O PODER\*

Ao enfrentar mais uma vez o tema dos intelectuais e, em particular, o de suas relações com a política, parece-me que me comporto como o menino que, ao lançar um balde d'água no mar, achava que assim faria seu nível subir. Comparado ao oceano de escritos sobre o assunto, este ensaio é um balde d'água. Ao começar a redigi-lo, depois de haver construído para meu uso um esquema dos temas que teria de abordar, pus-me a pensar que o título mais adequado seria o que dera meu amigo Giacomo Noventa, ironicamente, a uma compilação de seus escritos: "Nada de novo". De resto, creio que o propósito de uma conferência introdutória é ordenar o material: às vezes, pode suceder que, ao sistematizar as fichas, elimine-se alguma duplicidade inútil e se descarte algum papel que tenha caído acidentalmente no arquivo. Lembrem-se da história do erudito que havia estudado muito e conhecia todas as respostas possíveis, mas andava desesperado porque ninguém lhe fazia perguntas. Não tenho nenhuma resposta a dar, mas espero que, depois de me ouvir, alguém me faça perguntas.

Uma das razões de os escritos sobre os intelectuais — sua função, nascimento e destino, sua vida, morte e milagres — serem tantos, a ponto de apenas a memória de um computador potentíssimo ser capaz de registrá-los todos, é que uma das principais funções dos próprios intelectuais, senão a principal, é escrever. É natural, portanto, que escrevam sobre si. Se não se ocupassem deles próprios, quem o faria? E, se um outro escrevesse sobre eles, não se converteria também num intelectual, pelo simples fato de fazê-lo? O sujeito torna-se intelectual quer se ponha a escrever sobre os intelectuais para dizer deles o que há de pior, quer escreva — o que hoje não é raro — que os intelectuais não existem, que são uma invenção etc. Isso é algo de que ele não escapa, tão logo se formula

\* "Gli intellettuali e il potere", *Mondoperaio*, novembro de 1977, p. 63-72. Trabalho apresentado no congresso "Os partidos e a cultura", organizado pelo Partido Socialista Italiano e pelo Clube Turati, Milão, 28-29 de outubro de 1977.

o problema do que vêm a ser os intelectuais. Quem se coloca diante desse problema converte-se, por esse simples fato, num intelectual, isto é, em alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, não manuseia objetos, mas símbolos, e cujos instrumentos de trabalho não são as máquinas, mas as idéias.

Precisamente por ser enorme a massa de palavras escritas ou ditas sobre os intelectuais, creio que a primeira coisa a fazer é delimitar o campo de discussão, estabelecer do que e sobre o que queremos falar, e de que maneira. No mais, essa delimitação é útil para evitar confusões lamentáveis entre os níveis de discurso, tão freqüentes entre os que tratam desse tema, e das quais amiúde decorre o fato de os interlocutores não entenderem sobre quem e sobre o que estão falando, e sobre a maneira de fazê-lo.

Começo pelo modo. Há várias maneiras de encarar a questão dos intelectuais. As duas mais freqüentes são a sociológica e a histórica. A maioria dos textos publicados nos últimos anos fala dos intelectuais como classe ou como grupo e discorre sobre a relação da classe dos intelectuais com outras classes; ou então, relata a história dessa classe ou grupo em certo período, ou em determinado país. As famosas análises de Gramsci, que estimularam na Itália (e não apenas nela) o debate sobre o tema, são em parte sociológicas (a distinção entre intelectuais orgânicos e tradicionais pertence a esse campo) e em parte históricas (pensem nos vários fragmentos dedicados à história dos intelectuais italianos e nos esboços de reflexão sobre os intelectuais em diversos países). Quando se diz que a reflexão sobre eles é recente, diz-se algo que é uma verdade parcial. Desde a *República* de Platão, os filósofos têm-se ocupado do que eles mesmos fazem e devem fazer na sociedade. O que é recente, e que remete à época em que Gramsci escreveu seus *Cadernos do cárcere*, é a análise sociológica da camada dos intelectuais: basta pensar em Mannheim e em todo o debate sobre os intelectuais como classe dependente ou independente, que se seguiu a ele e que está longe de se esgotar.

### *Cultura e política*

Aqui aparece a primeira delimitação. Nosso debate não se refere nem à sociologia nem à história dos intelectuais, embora as pressuponha. O que pretendemos é dissertar — não devemos ter medo das palavras — sobre a ética, ou, se quisermos, sobre a política dos intelectuais. Não se trata de um discurso analítico, mas proposicional, normativo, prescritivo. Não é uma questão do que eles fazem e do que são, mas do que deveriam fazer e ser. Esta distinção de nível é importante. Pois, no que concerne às diversas maneiras pelas quais se pode falar do problema em geral, a confusão maior costuma decorrer da superposição, quase

sempre inconsciente, entre uma dissertação sobre o que fazem e são os intelectuais em determinada sociedade e um discurso sobre o que deveriam fazer e ser: inconsciente, mas não menos enfadonha, e ainda mais grave na medida em que são precisamente os intelectuais que têm a ocupação, amiúde remunerada, de pensar, e são eles que deveriam estar conscientes das confusões que acarretam e daquelas a que arrastam quem os escuta. Digo isto porque a maioria dos discursos que lemos sobre eles diariamente, em jornais e revistas, é prescritiva: tais discursos expressam os desejos e esperanças de quem os produz, mas costumam ser apresentados como tratados analíticos, como uma explicação sobre o que efetivamente fazem os intelectuais. Por isso, se equivocam de cabo a rabo. Para dar um exemplo: quando alguém diz que o intelectual já não existe, não se sabe se realmente crê que ele de fato tenha morrido, ou se, ao contrário, como é mais provável, está apenas expressando o desejo de que o intelectual deixe de existir; ou então, se alguém diz que todos os intelectuais tornaram-se servos do poder, não se sabe se a afirmação se baseia em investigações feitas sobre as condições de seus congêneres numa determinada sociedade, ou se quer apenas manifestar a necessidade irremediável de falar mal de toda essa agremiação e de propor o ideal do intelectual livre, rebelde, criativo etc.

Também nesse caso, temos de fixar bem o nível da discussão: o plano em que somos chamados a dar nossa opinião certamente é prescritivo. Nosso problema não é saber se os intelectuais são rebeldes ou conformistas, livres ou servis, independentes ou dependentes, mas trocar idéias sobre o que queriam e deveriam fazer os intelectuais que se identificam com um determinado grupo político. A rigor, ninguém pensa numa alocução programática sem reconhecer a realidade dos fatos. Seria uma veleidade. Mas esse conhecimento deve ser verdadeiro, e não uma coleção de juízos sumários, normalmente baseados em falsas generalizações, como "os intelectuais são...", "os intelectuais dizem...". As falsas generalizações são armas polêmicas, não instrumentos de conhecimento, pois são o efeito de juízos de valor sub-repticiamente introduzidos. Quem afirma que todos os intelectuais são servos do poder está simplesmente expressando seu desprezo por eles: quando Sorel os definia como o grupo parasita da sociedade burguesa, disfarçava como juízo de fato o que era em si um juízo de valor; prova disso é que, naqueles mesmos anos, seguindo Kautsky, Lênin propunha a tese da necessidade dos intelectuais para a formação do partido revolucionário. Como juízo de fato, a opinião de Sorel sobre os intelectuais era, pura e simplesmente, equivocada.

Depois da maneira de conduzir o discurso, a segunda delimitação diz respeito à matéria deste. Já foi dito que, no grande bolo formado pela teoria dos intelectuais, nossa fatia é a da política dos intelectuais, ou dos intelectuais na polí-

tica. Esta fatia é provada, comida e digerida com o nome de "política e cultura" (e com a qual eu, pessoalmente, para dar continuidade à metáfora, sofri de indigestão). É uma fatia tão grande que, muitas vezes, confunde-se com o todo. Limito-me aqui a assinalar o motivo pelo qual esse tema, mesmo sendo um tema específico no âmbito do discurso geral sobre os intelectuais, é enorme. Olhando bem, ele não é outra coisa senão um aspecto do tópico mais amplo da relação entre teoria e prática, ou, nos termos do materialismo histórico, entre estrutura e superestrutura, ou ainda, em linhas mais gerais, entre o mundo das idéias e o dos atos. Exatamente por ser um aspecto de um tema muito mais amplo, além de imenso, ele é difícil. Tenho a impressão de que nem todos os que falam do problema dos intelectuais e de sua função na sociedade percebem essa dificuldade. Eles falam como se fosse fácil as idéias, que são as "coisas" com que se ocupam os intelectuais, terem valor independentemente de quem as produz, para quem ou contra quem se dirigem, e das circunstâncias em que aparecem — ou seja, sem que tenham sido capazes de responder qual é a influência exercida pelas idéias sobre os atos, se essa influência existe e em que medida se dá. É compreensível, por exemplo, que o problema crucial da responsabilidade dos intelectuais, sobre o qual se gastaram tantas frases vagas e apaixonadas, possa ter diversas soluções ou nenhuma, conforme a idéia que fizermos da maneira como aquilo que se pensa e se diz influi naquilo que se faz. Mas, exatamente porque nem todos percebem essa dificuldade, muitas discussões sobre o papel e a responsabilidade dos intelectuais são palavras ao vento, são a manifestação (a ser também analisada com cuidado) do prazer ou, melhor dizendo, na necessidade que eles têm de falar de si.

### *Ideólogos e especialistas*

A terceira demarcação refere-se aos sujeitos: os intelectuais. É desnecessário dizer que, entre os que falam disso, muitos mal-entendidos decorrem da maior ou menor extensão outorgada a esse conceito. Comento algumas definições dele. Todas essas definições são convencionais, ou seja, dependem do uso que quem fala (ou escreve) pretende fazer de tal conceito. Ele vai de uma acepção muito ampla, que abarca todos os que desempenham um trabalho intelectual diferente do manual, até uma conotação muito restrita, que abarca somente os grandes intelectuais, os chamados *maîtres penseurs*. Ambas têm pouca utilidade para a dissertação sobre os intelectuais e a política. É preciso nos limitarmos (porém, também esta é uma convenção) a um significado intermediário. Felizmente, a delimitação do conceito se nos impõe, em função da delimitação do tema. Não há dúvida que numa acepção razoavelmente vasta dos intelectuais incluem-se

os artistas, os poetas, os romancistas. Mas, no momento mesmo em que se levanta o problema da relação entre política e cultura e em que a mente corre para as discussões sobre o assunto, para o engajamento ou o desengajamento, a traição ou a não-traição, em suma, para a missão dos intelectuais na vida civil e política, o campo necessariamente se reduz. Ou, pelo menos, nem todos os que podem ser chamados de intelectuais, no sentido genérico e comum, constituem uma categoria relevante para o nosso discurso.

Para evitar digressões inúteis e indicar com a máxima exatidão possível o propósito de minha análise, esclareço que, num debate que tem por objeto a relação entre política e cultura, os tipos mais destacados de intelectuais são sobretudo dois, que chamo, para que nos entendamos, de *ideólogos* e *especialistas*. Considero que esta é uma distinção importante, independentemente do fato de uma mesma pessoa poder ser tanto um ideólogo quanto um especialista — a distinção pretende ser objetiva, e não subjetiva —, porque estes e aqueles desempenham, no tocante à dimensão política, que é a que nos interessa aqui, uma função distinta. Não preciso acrescentar que esta distinção não corresponde à conhecida diferença gramsciana entre intelectuais orgânicos e tradicionais, nem tampouco à de uso corrente entre humanistas e técnicos (segundo a célebre temática das duas culturas). O critério com base no qual faço esta distinção não é a dependência ou independência em relação às classes sociais em luta pelo domínio, nem tampouco é a formação ou competência distinta, embora possa haver uma certa familiaridade entre o ideólogo e o intelectual tradicional e entre o especialista e o intelectual orgânico; com freqüência, o ideólogo é um humanista e o especialista é um técnico. O critério de distinção que proponho, e sobre o qual versa minha alocação, é a única pauta que considero válida num debate que tem por objeto a missão política do intelectual. O que de fato distingue um e outro é, precisamente, o trabalho diferenciado que realizam como criadores e transmissores de idéias ou conhecimentos politicamente relevantes, e o papel diferenciado que são convocados a desempenhar no contexto político.

Acrescento que a impressão de generalidade muitas vezes suscitada por toda dissertação sobre este tema decorre, precisamente, da falta dessa distinção. Um dos lugares-comuns do papel dos intelectuais é aquele que os define, depreciativamente, como inclinados à criação do consenso (entenda-se, do consenso em favor dos poderosos da ocasião). À parte o fato de que tal definição parece esquecer — mais uma vez, por um erro de falsa generalização — que existem intelectuais propensos ao consenso e outros inclinados ao dissenso (e justamente hoje, quando, nos países do consenso manipulado e forçado, os únicos dissidentes são intelectuais, essa função não deveria ser deixada de lado), vale a pena observar que os intelectuais a que o poder atribui o papel de promotores do

consenso (que não pode ser separado do dissenso do lado oposto) são os ideólogos, e não os especialistas. Outro lugar-comum é o que define os intelectuais (também neste caso, negativamente) como conselheiros do príncipe. Aqui, igualmente, além do fato de haver intelectuais que aconselham o príncipe e outros que aconselham o inimigo do príncipe (que poderá converter-se, embora isto não seja seguro, no príncipe do futuro), é preciso assinalar que os que exercem essa função são os especialistas, não os ideólogos.

Não quero perder-me em definições. Basta dizer que entendo por ideólogos aqueles que proporcionam princípios norteadores; por especialistas, em contraste, os que ministram conhecimentos que servem de meio. Toda ação política, como de resto toda ação social — e aqui, convençionemos entender por ação política o ato do principal sujeito da ação política nas sociedades de massas, que é o partido —, necessita, por um lado, de idéias gerais sobre os objetivos que persegue (que podem ser objetivos últimos, embora geralmente sejam intermediários), os quais antes chamei de “princípios” e que também poderiam ser chamados de “valores”, “ideais” ou até “concepções de mundo”; por outro lado, precisa de conhecimentos técnicos, que são necessários para resolver problemas para os quais não basta a intuição do político puro; eles requerem uma informação específica, que só os especialistas em campos concretos do saber útil estão em condições de oferecer. A necessidade de conhecimentos técnicos aumentou na sociedade moderna, especialmente quando o Estado intervém em todas as esferas da vida, particularmente na das relações econômicas e sociais: é evidente que um Estado não pode tomar medidas contra a inflação sem o parecer dos economistas, nem projetar uma reforma do sistema de saúde sem a opinião dos médicos. Os Estados sempre tiveram seus especialistas: basta pensarmos nos juristas e nos militares.

### *Meios e fins*

Não se deve esquecer que a distinção entre ideólogos e especialistas repisa a diferença weberiana entre ação racional conforme o valor e ação racional voltada para o objetivo. Os ideólogos são os que elaboram os princípios para que uma ação se justifique e, portanto, seja aceita — no sentido forte, “legitime-se” — em virtude de aderir aos valores presumidos como pautas de ação; os especialistas são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para atingir determinado fim, fazem com que a ação que se delineia, seguindo tais conhecimentos, possa ser chamada de racional conforme o objetivo. Uma polêmica como a conhecidíssima controvérsia entre democracia e socialismo é uma típica discussão ideológica, que versa sobre princípios fundamentais: se, com base em

uma discussão desse tipo, um partido declara que não se afastará dos princípios da democracia, definida de tal ou qual maneira, sem renunciar à busca de uma sociedade socialista, isto quer dizer que ele procura apresentar-se como um agente que é racional em relação ao valor. Uma discussão sobre se é ou não oportuno construir usinas nucleares, não menos intensa e atual, versa sobre a maior ou menor adequação de certos meios, em lugar de outros, para atingir um determinado fim (que, como fim, está fora de discussão); quem, levando em conta todas as informações que os especialistas podem oferecer, prefere esse meio a um outro está praticando uma ação racional em relação ao objetivo.

Como sempre, a realidade social não é uma linda esfera, tão perfeita e acabada que se possa dividi-la em dois hemisférios tais que o que couber em um não entre no outro. A distinção entre princípios, que são acolhidos sem que se levem em conta as conseqüências imediatas, e conhecimentos técnicos, que são aceitos unicamente com vistas ao resultado, não é tão definitiva que permita uma separação igualmente profunda nas discussões. Em geral, o ideólogo não está tão imerso no céu dos princípios que não perceba que, vez por outra, deve descer à terra para ver o que está acontecendo nela: um satélite artificial que não conseguisse comunicar-se com quem o mandou para o espaço giraria no vazio, estaria perdido. Para dizer a verdade, existe, sim, um ideólogo que nunca põe os pés no chão: o utopista. Nesse personagem, a separação entre fins e meios é absoluta. Inversamente, temos o técnico puro, que põe sua capacidade a serviço do poderoso, sem se questionar sobre a legitimidade dos fins. O utopista é aquele que, dedicado ao fim, descuida dos meios; o técnico puro é aquele que, amparado pelos meios, desinteressa-se do fim. De qualquer modo, os casos-limite do ideólogo em estado puro (o utopista) e do especialista em estado puro (o técnico) existem. E são os que permitem que percebamos a pertinência da distinção. No mais, esses dois casos extremos são bem representados pela contraposição violenta, à qual assistimos, do desenvolvimento contraditório — tão notório que deixa entrever uma possível catástrofe derradeira da sociedade industrial — do renascimento do utopismo, que é a vitória da ideologia em seu estado puro, e, no pólo oposto, da declaração do fim das ideologias, que é o triunfo do tecnicismo a qualquer preço.

### *Sábios e mandarins*

A melhor ilustração dessas duas imagens do intelectual, bem como dos diferentes problemas que uma e outra propõem, nos é oferecida por dois livros que considero fundamentais na história do problema: *A traição dos clérigos*, de Ben-la, e *Os novos mandarins*, de Chomsky. São livros polêmicos: em ambos, o ob-



jeto da discussão é o comportamento de uma certa camada de intelectuais numa dada situação histórica. Mas os intelectuais traidores de que fala Benda são ideólogos (em particular, como é bem sabido, os doutrinários fanáticos que deram vida à *Action française* e puseram sua inteligência a serviço de paixões terrenas, como a pátria, a nação e a vontade de poder do Estado). Os intelectuais a que se refere Chomsky são especialistas, em particular os cientistas e sociólogos que contribuíram, como especialistas reais ou supostos, para o prosseguimento e a exacerbação da Guerra do Vietnã, imaginada como guerra libertadora, civilizadora ou, pelo menos, necessária à sobrevivência do Estado. Os primeiros são sobretudo humanistas, manipuladores de idéias; os últimos são primordialmente cientistas, manipuladores de dados. (A diferença entre os dois tipos de intelectuais correspondem bastante bem a distinção entre as duas culturas e a maneira diferente como ambas podem ser aplicadas de modo distorcido.)

Nada mostra melhor a diferença entre os dois tipos de acusados do que a imputação distinta que Benda e Chomsky fazem, respectivamente, a uns e a outros. Os sábios de Benda são acusados de se afastar dos princípios que deveriam inspirar sua ação, de haver trocado os princípios da justiça e da verdade pela utilidade da pátria e da facção, de haver traído sua missão, na medida em que se tornaram adoradores de princípios falsos. Os especialistas de Chomsky são acusados de não haver respeitado a regra fundamental da ação racional de acordo com o objetivo, que é prover o homem de ação de meios adequados ao resultado: sua ciência não serviu aos fins nobres para os quais era solicitada, mas a propósitos diametralmente opostos, de destruição e morte (não serviu sequer ao propósito meramente político da vitória, objetivo que poderia ser justificado do ponto de vista da razão de Estado). A diferença da acusação decorre do fato de que os ideólogos, que têm a ver com os princípios, e os especialistas, que têm a ver com os conhecimentos empregáveis, respondem ou deveriam responder a duas éticas diferentes, uns à das boas intenções, outros à da responsabilidade. A obrigação dos primeiros consiste em serem fiéis a certos princípios, custe o que custar; o dever dos segundos é propor meios adequados ao fim e, por conseguinte, levar em conta as conseqüências que podem decorrer dos meios propostos. Se os primeiros se afastam de seu dever, são maus ideólogos; se o mesmo fazem os segundos, são técnicos irresponsáveis. O juízo sobre os primeiros é de caráter puramente ético (com efeito, acusa-se o livro de Benda de uma abstração fria); o juízo sobre os segundos é pragmático (ou, pelo menos, baseia-se numa ética utilitarista).

Entre as expressões típicas dos intelectuais como grupo acham-se, como se sabe, os manifestos. O intelectual que nunca assinou um manifesto, com ou sem razão, espontaneamente ou induzido a isso, levante o braço. Pois bem, se alguém

um dia quisesse fazer a história dos manifestos, a começar pelo primeiro da série, por ocasião do caso Dreyfus, perceberia que eles podem ser divididos em manifestos ideológicos e manifestos de especialistas. O manifesto dos intelectuais anti-fascistas, escrito por Croce (assim como o dos fascistas, escrito por Gentile), foi um típico manifesto ideológico. Os dos físicos contra o perigo da proliferação das armas nucleares, os manifestos ecológicos emitidos por grupos de cientistas que se sentem responsáveis pelas consequências destrutivas do uso da ciência sem um controle ético, são documentos cuja força emana de terem sido assinados por especialistas. Se examinados atentamente, salta aos olhos que os primeiros baseiam seu poder de persuasão no apego aos valores (o que é próprio de uma ética da pura intenção), enquanto os últimos baseiam-no em chamar atenção para as consequências (o que é próprio de uma ética da responsabilidade).

### *Traição e deserção*

A acusação de Benda contra os sábios traidores e a de Chomsky contra os especialistas irresponsáveis têm em comum a convicção de que a esfera cultural (em que se movem os intelectuais) e a esfera da política são diferentes, e de que age mal o intelectual que, colocando seu engenho a serviço dos detentores do poder, não trabalha em prol da justiça, mas do poder. Bem entendida, essa acusação poderia inverter-se. Com um outro termo da linguagem militar (também seria preciso analisar o uso de metáforas militares para ilustrar as posturas dos intelectuais diante do poder), os acusados de traição, por sua vez, responsabilizam seus acusadores por deserção. A resposta mais dura ao ensaio de Benda foi a de Paul Nizan em *Os cães de guarda*, publicado em 1932. Nele se zombou dos filósofos puros, por seu espiritualismo inosso, seu humanitarismo falsamente sublime, e pela filosofia adocicada que Hegel chamaria de “papinha do coração”, que oculta a realidade da miséria, da exploração e da desolação, estendendo sobre ela uma nuvem de pensamentos elevados. A propósito de Benda, Nizan escreveu: “Esse senhor não consegue desprender-se de uma certa hipocrisia. Mais astuto do que seus congêneres, não nega, como eles, haver deixado de se interessar pelos homens, mas ensina que a melhor maneira de servi-los é precisamente ‘desertar.’”<sup>1</sup>

Detenhamo-nos nestes termos: *traição e deserção*. Grande parte da controvérsia sobre a ética dos intelectuais gira em torno de um e outro. Trair significa passar para o lado do inimigo; desertar quer dizer abandonar o amigo. Certamente, a traição é mais grave do que a deserção, embora também esta seja uma falta. Uma coisa é servir ao lado errado (aos poderosos, e não aos puros de coração) e outra, diferente, é não servir ao lado certo (para Nizan, os oprimidos,

os deserdados, os aflitos). Sendo assim, o intelectual não pode salvar-se de uma ou outra condenação: se ele participa, trai; se não participa, deserta. Será verdade? Acompanhemos um pouco mais a história exemplar da polêmica entre esses dois autores. Nizan, comunista fervoroso e combativo quando escreveu o *libelo*, abandonou o partido, enfurecido com o pacto germano-soviético, e foi acusado por seus companheiros de ser espião do inimigo (no universo stalinista, só havia lugar para o servo ou o espião, duas maneiras diferentes de menosprezar o homem). Isolado e abatido, Nizan morreu antes de completar 35 anos; antes de morrer, escreveu palavras que poderiam ser de Benda: "Nos tempos atuais, não reconheço senão uma virtude: não é o ânimo nem a vontade de martírio, a abnegação nem a cegueira, mas o desejo de entender. A única honra que nos resta é o intelecto."<sup>2</sup> Por sua vez, Benda (que foi um dos signatários do manifesto de Sartre pela reabilitação de Nizan, depois da Libertação), a despeito de defender o sábio desinteressado e imune, nunca esteve numa torre de marfim e muito menos se mostrou impassível diante do avanço do fascismo e do nazismo. Participou dos movimentos dos intelectuais em favor da república espanhola e sempre defendeu vigorosamente a democracia (recordo seu livro *A democracia posta à prova*, traduzido na Itália imediatamente após a guerra), considerada a única forma política a que o sábio podia curvar-se sem abandonar sua própria missão. Mas, nesse caso, terá também Benda sido incoerente, como Nizan? Este, depois de haver qualificado a deserção de infâmia, chegou, no fim de seus dias, a exaltar o desejo de entender e a defender a honradez do intelecto. Aquele, depois de expressar seu desprezo pelos sábios que tomavam partido, também participou, quando julgou ser necessário. Desertor, sim, mas é preciso saber de qual batalha. Cão de guarda, sim, mas é preciso saber de quem.

Detive-me nesse caso exemplar para mostrar a complexidade do problema e chamar os que falam do "papel" dos intelectuais a evitar as simplificações, que mais nascem da animosidade polêmica do que de uma reflexão comedida. Tomar partido ou não? Parece-me evidente que Benda fez bem em tomar partido quando optou pela democracia contra o fascismo, assim como Nizan agiu corretamente ao não fazê-lo, quando percebeu que a União Soviética punha em prática uma política de força, como todos os outros Estados. Trata-se de uma contradição aparente: tomar partido não é uma traição, quando o lado em que me coloco é o que realiza melhor os princípios nos quais acredito; não tomar partido não é uma deserção, quando nenhum dos lados os realiza. Toda a razão teve Giaime Pintor ao se engajar, no sentido mais pleno da palavra, ou seja, ao se tornar militante e combatente [*partigiano*], quando considerou que não havia alternativa, pois o que estava em jogo era o fim do nazismo ou o fim da civilização. Ele dizia que as revoluções se realizam quando preparadas pelos poetas e

pintores, desde que eles saibam qual é o papel que lhes cabe. Que papel é esse? Quem decide qual é? Decide o Estado, minha Igreja, minha seita, meu partido, ou devo decidir eu, e assumir as conseqüências de meu ato, inclusive a de ser considerado traidor ou desertor?

### *A autonomia relativa da cultura*

As perguntas anteriores são daquelas a que ninguém pode dar uma resposta definitiva, de uma vez por todas. Repito: a resposta depende das circunstâncias e da interpretação que cada um lhes dê. Se tivesse que desenhar um modelo ideal de conduta, eu diria que a do intelectual deve distinguir-se por uma intensa vontade de participar das lutas políticas e sociais de sua época, permitindo-lhe levar em conta o que Hegel chamava “o grande ribombar da história do mundo”. Mas, ao mesmo tempo, ele deve tomar uma distância crítica que o impeça de se identificar completamente com um dos lados, a ponto de ficar com pés e mãos atados a uma ordem. *Independência, mas não indiferença*. O livro de Benda começa apresentando, à guisa de justificação, a anedota narrada por Tolstói sobre o oficial que, ao ver um de seus iguais maltratar um soldado, diz-lhe: “Mas, como, não leste o Evangelho?” Ao que o outro responde: “Mas, como, não leste o regulamento militar?” É este o ponto: estar tão inserido no mundo a ponto de poder perceber que os regulamentos militares são necessários, mas não tão inserido a ponto de esquecer que os regulamentos militares não bastam. Ai da humanidade, se for regida apenas pelos regulamentos militares! Porventura recordar que estes não bastam não é tarefa dos intelectuais?

No intuito de redefinir esse modelo ideal com uma fórmula (com todas as limitações intrínsecas que isso acarreta), parece-me que se poderia falar de “autonomia relativa da cultura em relação à política”. Uso esta expressão mais ou menos no mesmo sentido em que hoje se fala, insistentemente, de autonomia relativa da política. Fala-se hoje de autonomia relativa da política em relação à esfera das relações econômicas, para afirmar que a esfera do político não pode nem deve reduzir-se, *sic et simpliciter*, ao contrário do que diz o marxismo vulgar, ao econômico. Assim, ao falar de autonomia relativa da cultura, pretendo dizer que a cultura (no sentido mais amplo, ou seja, no sentido da esfera em que se formam as ideologias e se produzem os conhecimentos) não pode nem deve ser integralmente reduzida à esfera do político. A redução de todos os âmbitos em que se desenrola a vida do homem em sociedade à pura política, isto é, a politização integral do ser humano, o desaparecimento de toda e qualquer diferença entre o político e — como se diz hoje em dia — o “pessoal”, é a quintessência do totalitarismo. Não se trata de rechaçar a política (foi a isso que chamei

não-indiferença), mas de não enaltece-la ao ponto de cantar: “Tenha ou não razão, é a minha pátria”, ou, o que dá no mesmo, “Tenha ou não razão, é o meu partido” (ou, pior ainda, a minha seita). Não vejo nenhuma diferença entre dizer “Tudo dentro do Estado, nada fora dele, nada contra ele” e dizer “Tudo dentro do partido, nada fora dele, nada contra ele”, especialmente quando um partido se converte em um Estado.

Talvez esta seja a visão de um não-político, como sou eu (embora não-político não signifique apolítico, e muito menos politófobo; o pretense apolítico, o suposto politófobo, é sempre um reacionário), mas é uma visão corroborada por uma longa tradição de pensamento e pela experiência histórica. Hegel, a quem se atribui, com razão, a doutrina da eticidade do Estado, situava além do espírito objetivo, que culmina no Estado, o espírito absoluto, no qual se manifestam e se exercem os três momentos mais elevados do espírito humano: a arte, a religião e a filosofia. No que concerne à lição da história, uma das poucas coisas pelas quais eu me disporia a pôr a mão no fogo — por me parecer certa e continuamente constatada — é que a política é a esfera das relações humanas em que se exerce a vontade de poder, embora os que a exercem creiam que seu poder, e não o dos outros, é benéfico. Vá lá que seja; mas o fato de cada lado considerar que o poder a que serve é benéfico e o do adversário, maléfico — pensemos na proclamação dos propósitos de guerra dos diversos contendores, ou na proclamação dos objetivos antitéticos de luta dos revolucionários e dos contra-revolucionários — deveria deixar-nos em estado de alerta. Repito: não se trata de rechaçar a política, mas, se me permitem a expressão, de transcendê-la continuamente, mesmo reconhecendo sua função indispensável. Bem o sei: as idéias, sem a força, são fantasias. Mas também as fantasias às vezes têm poder. Quem esquece que “um espectro ronda a Europa”? E por que não lembrar o rei cruel que, em seu leito de morte, repetia: “Há cinquenta homens justos que me impedem de dormir”? A força é tão necessária que, sem o processo de sua monopolização, que conduz ao Estado, as sociedades humanas, pelo menos até agora, não poderiam sobreviver. Mas o único monopólio reservado ao Estado é o da força (é sempre melhor uma única força pública do que muitas forças privadas em conflito umas com as outras). A primeira tarefa dos intelectuais deve ser a de impedir que o monopólio da força se converta no monopólio da verdade.

### *Trabalho intelectual e trabalho político*

Podem-se apresentar alguns argumentos em favor da autonomia relativa da cultura. O primeiro refere-se aos próprios sujeitos da atividade cultural, precisamente os intelectuais. Digam o que disserem, em nossas sociedades caracteriza-

das pela divisão do trabalho, eles constituem até hoje um grupo de pessoas com peculiaridades definidas, que conhecem umas às outras, mesmo quando se insultam ou quando falam sobretudo entre si, inclusive quando presumem ou pretendem falar com o público. Eles têm problemas comuns que os identificam: penso, por exemplo, numa recente discussão que fez com que se escrevessem muitos artigos (nem todos claros, a bem da verdade) sobre a maneira de escrever com clareza. Não excluo a hipótese de que o intelectual, como indivíduo, com seus atributos e privilégios, esteja destinado a desaparecer numa sociedade em que faltassem as formas mais aberrantes de divisão do trabalho e em que todos soubéssemos escrever, e escrever de maneira clara. Mas agora eles existem e falam "muito de si" (e fazem com que se fale deles, ajudados pela irrefreável loquacidade dos meios de comunicação de massa). E não fazem mais do que se interrogar sobre seu próprio "papel", através de uma série de posturas que vão da autocomplacência à autoflagelação, do auto-enaltecimento à autodestruição. Há quem proclame o suicídio do intelectual. Mas, num mundo em que devemos a um punhado de intelectuais as únicas vibrações que sacodem o universo soviético, uma declaração de suicídio do intelectual, que deveria sacrificar-se no altar do deus-movimento, do deus-partido ou do deus-massa indiferenciada, é insensata ou sinistra: prepara os *gulags* do futuro.

Constato um fato: em nossas sociedades, os intelectuais, como estamento que tem (e se atribui) um papel, existem. Existem precisamente na medida em que, ao menos na maioria dos casos, não se identificam *tout court* com a classe política, embora dediquem a maior parte de sua atividade ao estudo e à análise de problemas estritamente vinculados à esfera política, e embora haja casos em que é perfeita a identificação entre a própria pessoa do intelectual e a do político. Outra coisa é ser desejável o término dessa separação entre o intelectual e o político. Na história das reflexões sobre o problema da relação entre os intelectuais e a política, não é nova a figura do filósofo rei, à qual corresponde a imagem oposta do rei filósofo (própria do despotismo esclarecido). Atualmente, essa separação é um fato, tão mais evidente e difícil de modificar na medida em que existe (e enquanto existir) a figura, por ora longe de entrar em declínio, do político profissional, que estimula a sobrevivência ao seu lado do intelectual profissional.

O segundo argumento a favor da autonomia relativa da cultura é extraído de um confronto também puramente factual (desde que os fatos sejam observados honestamente e sem preconceitos) entre o mundo das idéias e o das ações políticas, numa situação de liberdade de opinião e, portanto, de consenso e dissenso. O primeiro é muito mais variado, articulado, complexo, diferenciado e problemático do que o segundo. A explicação dessa diferença é muito simples: a tarefa do intelectual é agitar idéias, ressaltar problemas, elaborar projetos ou

apenas teorias gerais; a tarefa do político é tomar decisões. Toda decisão implica uma escolha entre alternativas diversas, e toda preferência é, necessariamente, uma limitação e, ao mesmo tempo, uma afirmação e uma negação. A missão do criador (ou manipulador) de idéias é persuadir ou dissuadir, animar ou desanimar, expressar juízos, aconselhar, fazer propostas, induzir as pessoas a quem se dirige a formar uma opinião sobre as coisas. O político tem a tarefa de extrair desse universo de estímulos variados — às vezes opostos, contraditórios — uma linha de ação. A prática tem razões que a teoria pode até desconhecer. Mesmo a teoria mais perfeita, completa e coerente, para se converter numa decisão, tem de se adaptar às circunstâncias. Não falemos das idéias multiformes, protoformas e até disformes que, dia após dia, brotam aos borbotões da comunicação de massas. Elas são tais que se neutralizam mutuamente, induzem quem quiser escutá-las à paralisia, todas elas, e impedem qualquer tipo de ação. Uma das metáforas mais comuns da atual linguagem política do chamado “esquerdista” é a dos “nós a desatar”. Ao longo da corda que deveria ajudar-nos a sair do labirinto, topamos continuamente com nós. Pois bem, é o intelectual que pode dar-se ao luxo de exercitar sua paciência e engenho para desenredá-los, mas o político, vez por outra, é obrigado a cortá-los. No que tange a essa divergência, não são diferentes o caso do ideólogo e o do especialista. As ideologias são sempre nebulosas formadas por uma miríade de idéias, cuja forma e substância não são fáceis de definir. Podem inspirar ou, quem sabe, nortear a ação, mas nunca a determinam por completo. O que muitas vezes tomamos por ideologias avançadas e pioneiras não passa de derivações, no sentido paretiano da palavra, isto é, de justificações póstumas de uma ação já decidida. Os conhecimentos proporcionados pelo especialista são ou deveriam ser menos turvos, mas não existe problema, nem mesmo delimitado, para cuja solução não se formulem diversas propostas, entre as quais se deverá escolher uma, quando se quiser descer do céu das idéias para a terra dos fatos.

### *Uma relação que se inverte*

Eu disse que isso acontece num ambiente de liberdade. O problema que nos interessa é o da relação entre os intelectuais e a política numa sociedade livre. Essa não-correspondência perfeita entre a esfera das idéias e a esfera das ações, que adotei como prova da impossibilidade de reduzir a cultura à política e, por conseguinte, da autonomia relativa da cultura, existe numa sociedade relativamente livre. Quando há uma coincidência pontual entre a direção política e a ideologia, ou quando o especialista é chamado a oferecer seus serviços para uma solução previamente determinada, então nos encontramos diante de uma socie-